

**LIVRO DE
QUESTÕES**

**DIREITO CIVIL E
DIREITO PROCESSUAL
CIVIL**

EXPEDIENTE

Diretora editorial
Assessoria editorial
Assistente editorial
Revisão
Projeto gráfico
Diagramação

Juliana Pivotto
Mari de Barros
Leandro Sales
Equipe de Revisão Nova Concursos
Equipe Nova Concursos
Equipe de Diagramação Nova Concursos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Direito civil e direito processual civil / [Mariela Cardoso]...[et al]. -- São Paulo : Nova Concursos, 2019.
?? p. (Livro de Questões)

ISBN 978-65-80143-27-6

1. Serviço público - Brasil - Concursos 2. Direito civil - Problemas, questões, exercícios 3. Direito processual civil - Problemas, questões, exercícios I. Cardoso, Mariela

CDU 35.08 (079.1)

19-0649

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço público - Brasil - Concursos

© 2019 - Todos os direitos reservados à



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

QT028-A-19-DIREITO-CIVIL-DIREITO-PROCESSUAL-CIVIL

APRESENTAÇÃO DA OBRA

Este livro da Coleção Questões Comentadas é mais uma ferramenta elaborada pela Editora Nova, que vai ajudar você a conquistar seus principais objetivos no âmbito dos concursos públicos. Está organizado por tópicos, exigidos no edital do cargo do concurso em questão.

Os autores de nossas obras têm larga experiência na área do concurso público, sendo muitos deles também responsáveis pelas aulas que você encontra em nossos *Cursos Online*. A teoria ensinada em nossos *Cursos* junto com o livro de questões comentadas tornam-se uma importante ferramenta de aprendizagem e estudo.

O gabarito oficial das questões está de acordo com a lei vigente à época do concurso. Em alguns comentários, o autor, em respeito à atualização ocorrida na lei, propôs um comentário atualizado e diferente do gabarito oficial. Isto permite ao leitor entender a mudança por meio da resposta contextualizada sem a alteração do gabarito oficial em respeito à organizadora da prova do concurso.

Caro aluno, antes da prova, revise o comentário das questões deste livro. A meta é estudar até passar!

Muito obrigado.
Editores da Nova Concursos

SUMÁRIO

Direito Civil

LNDB	15
Pessoa Natural.....	17
Pessoa Jurídica	24
Fato Jurídico/Negócio Jurídico	26
Prescrição e Decadência.....	32
Responsabilidade Civil	36
Domicílio	42
Contratos.....	44
Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	50
Posse/Propriedade.....	53
Sucessão	55
Direito de Família	58
Cláusula Penal.....	60
Bens	60
Obrigações	65
Tutela e Curatela	68
Direito Sucessório	68
Bem Jurídico.....	69
Penhor e Hipoteca	69
Mandato	70
Direito das Obrigações	70
Atos Ilícitos	73
Dos Atos Unilaterais.....	74
Direitos da Personalidade.....	74

SUMÁRIO

Dos Juros Legais.....	75
Fiança.....	75

Direito Processual Civil

Sujeitos da Relação Processual.....	147
Intervenção de Terceiros.....	150
Atos Processuais.....	153
Competência.....	155
Tutela Provisória.....	162
Procedimento Comum.....	166
Provas.....	168
Procedimentos Especiais.....	172
Sentença.....	173
Liquidação de Sentença.....	176
Cumprimento de Sentença e Execução.....	176
Processo nos Tribunais.....	181
Recursos.....	182
Procuração.....	186
Condições da Ação.....	186
Litisconsórcio.....	187
Das Partes e dos Procuradores.....	187
Assistência Simples.....	189
Ministério Público.....	189
Auxiliares da Justiça.....	190

SUMÁRIO

Ação Civil Pública e Demais Legislações.....	192
Contestação	194
Intimações.....	194
Juiz.....	195

DIREITO CIVIL

Sobre a Autora

Mariela Cardoso

Graduada em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM).

Graduada em Jornalismo pela Universidade de Marília (UNIMAR).

Especialista pela Fundação Getulio Vargas.

Membra da comissão "OAB por Elas", programa voltado ao atendimento jurídico na Delegacia de Defesa da Mulher, em Marília.

Professora especializada.

1. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2018) A respeito de interpretação de lei, pessoas jurídicas e naturais, negócio jurídico, prescrição, adimplemento de obrigações e responsabilidade civil, julgue o item a seguir.
Na interpretação sistemática de lei, o intérprete busca o sentido da norma em consonância com as que inspiram o mesmo ramo do direito.

() CERTO () ERRADO

2. (TRT 21ª REGIÃO-RN – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2017) De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, se a lei “A” for revogada pela “B”, e a lei “B” for revogada pela lei “C”, a lei “A”

- a) voltará a ter vigência somente se a lei “C” prever expressamente esse efeito.
- b) voltará a ter vigência mesmo que a lei “C” não preveja expressamente esse efeito.
- c) voltará a ter vigência desde que a lei “C” não vede expressamente esse efeito.
- d) não voltará a ter vigência mesmo que a lei “C” preveja expressamente esse efeito.
- e) não voltará a ter vigência somente se a lei “C” disciplinar inteiramente a matéria que era por ela regulada.

3. (TRT 24ª REGIÃO-MS – ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVANÇADO FEDERAL – FCC – 2017) Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, NÃO é requisito essencial para a sentença proferida no estrangeiro ser executada no Brasil

- a) a homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) a tradução por intérprete autorizado.
- c) o trânsito em julgado para as partes.
- d) a citação regular das partes ou verificação legal da ocorrência da revelia.
- e) a prolação por juiz competente.

4. (PM-SC – ASPIRANTE DA POLÍCIA MILITAR – IOBV – 2017) Em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, é correto afirmar:

- a) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitando-se o ato jurídico perfeito, aquele já consumado no tempo segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou, o direito adquirido, aquele que já se integrou ao patrimônio e à personalidade de seu titular, podendo ser exercido a qualquer momento e à personalidade de seu titular, podendo ser exercido a qualquer momento, e a coisa julgada, que pode ser definida como decisão judicial já apreciada por segundo grau de jurisdição.
- b) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país sessenta dias após oficialmente publicada. Desta forma, a Lei pode, em certos casos desde que expressamente conste em seu texto, entrar em vigor na data de sua publicação.

- c) A Repristinação, ou seja, o restabelecimento da eficácia de lei anteriormente revogada, por ter a lei revogadora perdido sua eficácia, pode acontecer, desde que expressamente seja determinado o restabelecimento da vigência da primeira lei, sendo, então, não-automática.
- d) Correções a texto de lei em vigor não são considerados lei nova.
- e) O prazo para começar a vigorar uma lei editada no Brasil, a fim de surtir efeitos no estrangeiro é de 90 (noventa) dias.

5. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE – 2013) A revogação de uma norma pela superveniência de outra que disponha sobre a mesma matéria poderá atingir as situações já consumadas sob a égide da lei antiga, afetando os efeitos pretéritos produzidos ou incidindo sobre os efeitos presentes ou futuros de situações passadas ocorridas na vigência da norma revogada.

() CERTO () ERRADO

6. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA – CESPE – 2014) Em fevereiro de 2004, Jerônimo, de boa-fé, adquiriu da empresa Épsilon, mediante contrato de compra e venda, um veículo usado, que foi pago em seis prestações mensais. Não se tratava de nenhum veículo raro, com características especiais de interesse de colecionadores. No contrato, ficou expresso que o negócio seria desfeito, e o veículo restituído à empresa, no caso de atraso de três prestações consecutivas. Não havia, porém, cláusula referente à responsabilidade pela evicção. O certificado de registro de veículo foi emitido em nome de Jerônimo. O referido automóvel foi apreendido, em 1.º/4/2004, pela autoridade policial, em uma blitz, por se tratar de veículo que havia sido furtado. No momento da apreensão, o carro era dirigido por Bruno, de 17 anos de idade, filho de Jerônimo. Bruno apresentou à autoridade policial uma carteira nacional de habilitação falsa e uma escritura pública de emancipação concedida por seus pais. Verificou-se depois que a escritura pública não havia sido registrada no competente registro civil. No dia 15/4/2004, o veículo desapareceu do depósito do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), onde fora guardado. Uma sindicância interna concluiu que o servidor público responsável pela guarda e vigilância do veículo havia agido com negligência. O DETRAN daquela unidade da Federação era um órgão da administração direta do estado, tendo sido transformado em autarquia, por meio de uma lei estadual publicada em 10/4/2004. Essa lei, todavia, era omissa quanto à data de sua entrada em vigor.

Considerando a situação hipotética descrita, julgue o item seguinte.

O DETRAN da referida unidade da Federação, tendo, na data do desaparecimento do veículo, personalidade jurídica de direito público interno, responde perante o proprietário, independentemente de dolo ou culpa, pelo desaparecimento do veículo, sendo cabível ação regressiva contra o servidor responsável pelo dano, tendo em vista a constatação de sua culpa no episódio.

() CERTO () ERRADO

7. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA/REGIONAL – CESPE – 2014) A empresa Lambda foi regularmente constituída como uma sociedade, com sede na capital de determinado estado da Federação, local onde funcionava sua administração, não tendo sido eleito domicílio especial no seu ato constitutivo. Em agosto de 2003, foi decretada, com fundamento na Lei n.º 8.866/1994, a prisão de Teodoro, sócio-gerente da Lambda, em razão de a empresa não haver recolhido ao tesouro estadual nem depositado os valores do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) recebido de terceiros. Em decorrência de maus-tratos sofridos durante o tempo em que esteve na prisão, Teodoro teve de ser interdito, mediante processo judicial, por enfermidade ou deficiência mental que lhe subtraíram totalmente o necessário discernimento para a prática de atos da vida civil. Posteriormente, o policial acusado de haver praticado os maus-tratos contra Teodoro foi absolvido, no processo criminal, da acusação de lesão corporal, ante a ausência de prova de que a incapacidade civil de Teodoro se dera em consequência de lesões praticadas pelo policial. A sentença absolutória transitou em julgado.

Em face da situação hipotética descrita, bem como da legislação, da jurisprudência e da doutrina pertinentes, julgue o item seguinte.

De acordo com a Lei de Introdução ao Código Civil, uma lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior; desse modo, o advento do novo Código Civil brasileiro não derogou nem abrogou as disposições da Lei n.º 8.866/1994.

() CERTO () ERRADO

PESSOA NATURAL

8. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2018) A respeito de interpretação de lei, pessoas jurídicas e naturais, negócio jurídico, prescrição, adimplemento de obrigações e responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

Negócio jurídico simulado por interposição de pessoa, por ocultação da verdade ou por falsidade de data será considerado nulo.

() CERTO () ERRADO

9. (MPU – ANALISTA DO MPU – DIREITO – CESPE – 2013) A respeito do direito ao nome, julgue os itens seguintes.

Admite-se, após apreciação judicial, a retificação de registro civil para a inclusão de patronímico paterno no final do nome do filho.

() CERTO () ERRADO

10. (TJ-SC – TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR – FGV – 2018) Quando de uma viagem a Fortaleza, ocorrida em maio de 2011, o casal Carolina e Rodrigo foram fotografados pelo gerente do Quiosque do Vento Ltda., de modo a registrar a presença em uma parede de fotos. No entanto, sem consentimento do casal, o gerente, no mês seguinte à visita deles, imprimiu a foto em tamanho superior ao das demais da parede de exposição e a inseriu em um grande cartaz publicitário afixado na parte externa do estabelecimento. Em maio do corrente ano, Carolina e Rodrigo retornam a Fortaleza e, para rememorar a viagem de 2011, visitam o Quiosque do Vento. Lá chegando, deparam-se com o enorme cartaz e exigem, de imediato, a sua retirada. Essa exigência de Carolina e Rodrigo é:

- a) abusiva, visto que permitiram se fotografar pelo estabelecimento;
- b) inadequada, pois nada mais podem pleitear após o decurso de tanto tempo;
- c) correta, pois não há desonra ao casal;
- d) ilícita, já que o local em que foram fotografados é público;
- e) adequada, pois o direito de personalidade é imprescritível.

11. (TJ-CE – JUIZ SUBSTITUTO – CESPE – 2018) Pedro descobriu que seu nome havia sido inscrito em órgãos de restrição ao crédito por determinada instituição financeira em decorrência do inadimplemento de contrato fraudado por terceiro. Nesse caso hipotético, a instituição financeira

- a) não responderá civilmente, uma vez que se trata de fato de terceiro, mas deverá proceder à retirada do registro negativo no nome de Pedro.
- b) não responderá civilmente, porque a fraude configura uma excludente de caso fortuito externo.
- c) responderá civilmente na modalidade objetiva integral.
- d) responderá civilmente apenas se Pedro comprovar que sofreu prejuízos devido à inscrição de seu nome nos órgãos de restrição ao crédito.
- e) responderá civilmente na modalidade objetiva, com base no risco do empreendimento.

12. (TJ-AL – ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR – FGV – 2018) Um grupo de biólogos decide organizar uma pessoa jurídica para apoiar a pesquisa científica. Não pretendem acometer finalidade econômica à atividade do novo ente, mas desejam, de toda forma, participar ativamente da administração da entidade. Diante desse quadro, deve-se indicar ao grupo de biólogos a constituição de:

- a) partido político;
- b) associação;
- c) grupo de amigos;
- d) sociedade;
- e) organização religiosa.

1. “Na interpretação sistemática de lei, o intérprete busca o sentido da norma em consonância com as que inspiram o mesmo ramo do direito.” Ou seja, existe uma análise da relação da norma interpretada com as demais normas do mesmo ordenamento. Sistemática: Onde o intérprete analisará a norma através do sistema em que se encontra inserida, observando o todo para tentar chegar ao alcance da norma no individual, examina a sua relação com as demais leis, pelo contexto do sistema legislativo.

GABARITO OFICIAL: CERTO

2. Em “a”: Certo – Art. 2º – Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. (...) § 3º Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Em “b”, “c”, “d” e “e”: Errado.

Repristinação é o renascimento de uma lei já revogada.

- regra (a regra é a repristinação não ocorrer)

- exceção (a repristinação vai ocorrer se houver disposição expressa, pois não existe no ordenamento jurídico brasileiro a repristinação tácita, só ocorrendo de forma expressa).

Norma A – válida.

Norma B revoga a norma A.

Norma C revoga a norma B.

A norma A (revogada) não volta a valer com a revogação (por C) de sua revogadora (B), porque não se admite o efeito repristinatório automático.

GABARITO OFICIAL: A

3. Em “a”: Errado – Art. 15 – Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:

a) haver sido proferida por juiz competente;

b) terem sido as partes citadas ou haver-se legalmente verificado a revelia;

c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que for proferida.

d) estar traduzida por intérprete autorizado.

e) ter sido homologada pelo STF (Com o advento da Emenda Constitucional n. 45, a competência para homologar sentenças estrangeiras passou a ser do STJ).

Em “b”, “c”, “d” e “e”: Certo – Atualmente a referida questão encontra-se desatualizada, diante do entendimento firmado pelo STJ, uma vez que não é necessário o trânsito em julgado da sentença estrangeira, bem como NÃO é requisito que seja homologada pelo STF, havendo duas alternativas (mesmo considerando que o enunciado da questão refere-se aos pressupostos previstos na LINDB). Com a entrada em vigor do CPC/2015, tornou-se necessário que a sentença estrangeira esteja eficaz no país de origem para sua homologação no Brasil. O art. 963, III, do CPC/2015, não mais exige que a decisão judicial que se pretende homologar tenha transitado em julgado, mas apenas que ela seja eficaz em seu país de origem, tendo sido tacitamente revogado o art. 216-D, III, do RISTJ. STJ. Corte Especial. SEC 14.812-EX, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 16/05/2018 (Info 626).

GABARITO OFICIAL: A

4.

Em "a": a lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. (Art. 6, LINDB)

§ 1 - Reputa-se ato jurídico perfeito - o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

§ 2 - Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo prefixo ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem.

§ 3 - Chama-se coisa julgada ou caso julgado, a decisão judicial que já não caiba recurso.

Em "b": salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o País quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada. (Art. 1, da LINDB)

Em "c": o fenômeno pelo qual uma norma jurídica revogada volta automaticamente, a ser válida pela perda da validade ou da vigência da norma revogadora é chamado Repristinação - é expressamente proibida pelo § 3 e o art. 2, da LINDB - " Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência."

Em "d": as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova. (Art. 1, § 4, LINDB)

Em "e": nos estados Estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia, 3 meses depois de oficialmente publicada.

GABARITO OFICIAL: C

5.

A norma jurídica é criada para valer ao futuro, não ao passado. Entretanto, eventualmente, pode uma determinada norma atingir também os fatos pretéritos, desde que sejam respeitados os parâmetros que constam da Lei de Introdução e da Constituição Federal. Em síntese, ordinariamente, a irretroatividade é a regra, e a retroatividade, a exceção. Para que a retroatividade seja possível, como primeiro requisito, deve estar prevista em lei. Valendo para o futuro ou para o passado, tendo em vista a certeza e a segurança jurídica, determina o art. 5º, XXXVI, da CF/1988, que: "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada".

Manual de direito civil: volume único / Flávio Tartuce. 4. ed.

GABARITO OFICIAL: CERTO

6.

Na época do desaparecimento do carro (15/04/2004) o DETRAN não tinha personalidade jurídica, apesar da lei estadual que lhe transformava em autarquia ser publicada em 10/04/2004, a mesma não estava em vigor ainda, pois era omissa quanto à data de sua entrada em vigor. Aplicando-se nesse caso, a LICC: "Art. 1º: Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada."

Como a lei era omissa quanto a data do vigor da lei, o DETRAN somente poderia ser considerado autarquia quarenta e cinco dias após.

GABARITO OFICIAL: ERRADO

7.

“Art. 2º, § 2º: A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.”

GABARITO OFICIAL: CERTO

8.

O item está correto, já que as três situações narradas se enquadram nas três hipóteses, respectivamente, do art. 167, § 1º *Haverá simulação nos negócios jurídicos quando, quais sejam. § I Aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem. § II Contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira. § III Os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.*

GABARITO OFICIAL: CERTO

9.

Lei de Registros Públicos 6015/73.

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei.

§ 8º O enteado ou enteada, havendo motivo ponderável e na forma dos §§ 2º e 7º deste artigo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo de seus apelidos de família.

GABARITO OFICIAL: CERTO

10.

Em “a”: Súmula 403 - Independe de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais. (Súmula 403, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 24/11/2009).

Em “b”: Os direitos da personalidade são imprescritíveis, entretanto, as respectivas indenizações que decorrem de sua violação prescrevem.

Em “c”: Apesar do direito de imagem ser disponível (permite ao seu titular obter proveito econômico, firmando contratos de licenciamento ou concessão de uso de sua imagem), caso haja violação a ele, tem a proteção comum aos demais direitos da personalidade, tais como ser absoluto, impenhorável, imprescritível, oponível erga omnes (contra todos), etc.

Em “d”: a exposição da imagem de uma pessoa pode ser proibida (sem prejuízo de eventual indenização) se destinarem a fins comerciais.

Em “e”: Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. (é o caso da questão)

GABARITO OFICIAL: E

11.

Em "a": Quando ocorre uma fraude, estamos diante de um defeito no serviço bancário, chamado de "fato do serviço" que provoca danos aos consumidores, cuja responsabilização civil será objetiva. Mas a culpa exclusiva de terceiro, em regra, exclui a responsabilidade por quebra do nexó causal. Porém, no STJ, essa culpa exclusiva de terceiro somente exclui a responsabilidade quando constituir um "fortuito externo". No caso descrito, trata-se de fortuito interno.

Em "b": A fraude é diretamente ligada ao serviço bancário, sendo própria aos riscos da atividade. Logo, é um fortuito interno.

Em "c": Responderá na modalidade comum, pois admite quebra de nexó causal. Já a modalidade objetiva integral é medida extrema, sendo prevista apenas para acidentes nucleares e, na jurisprudência, aplica-se também para graves danos ambientais.

Em "d": Nesta situação, é pacífico no STJ se tratar de dano presumido (negação de nome), dispensando-se efetuada prova, cujas compensações morais variam em torno de R\$10.000,00.

Em "e": É efetivamente o posicionamento do STJ. A responsabilidade objetiva das instituições financeiras se funda na teoria do risco empresarial. Vale a parêmia ubi emolumentum ibi onus (STJ. 3ª Turma. REsp 685.662/RJ, rel. Min. Nancy Andrichi, j. 10.11.2005).

GABARITO OFICIAL: E

12.

Em "a": O Partido Político é uma organização ou associação política estável apoiada a uma ideologia determinada relacionada entre seus afiliados e seguidores, que aspira em algum momento o poder de uma nação para poder impor e desenvolver seu programa político.

Em "b": Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Em "c": Grupo é um conjunto de indivíduos que reunidos formam um todo. São diversas as expressões que caracterizam os grupos, por exemplo: multidão, plateia, público, bando, marcha, panelinha, associação, equipe etc.

Em "d": Sociedade: com fins lucrativos

Em "e": A organização religiosa é uma pessoa jurídica de direito privado constituída por pessoas físicas ou jurídicas que professam uma religião segundo seus ditames religiosos e sob a perspectiva de uma fé.

GABARITO OFICIAL: B

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Sobre as Autoras

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB).

Mestre em Teoria do Direito e do Estado pelo Centro Universitário Eurípides de Marília (UNIVEM) – bolsista CAPES.

Professora de curso preparatório para concursos.

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, anais de eventos e livros.

Trabalhos realizados notadamente na área de direito eletrônico, Direitos Humanos e Direito Constitucional.

Advogada e pesquisadora.

Greice Aline da Costa Sarquis de Faria

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista (FADAP/FAP).

Advogada inscrita na OAB-SP, sob nº 298.596.

Presidente da Comissão de Proteção e Defesa Animal da 34ª Subseção de Tupã/SP.

1. (TJ-SP – JUIZ SUBSTITUTO – VUNESP – 2018) Em relação ao Ministério Público, é correto afirmar:

- a) quando a prova pericial por ele requerida não seja realizada por entidade pública, caberá a ele, Ministério Público, adiantar os custos respectivos, desde que haja previsão orçamentária.
- b) em prol do Ministério Público vigora presunção de veracidade de suas alegações e de autenticidade dos documentos que juntar aos autos.
- c) se o respectivo membro deixar de cumprir decisão jurisdicional ou criar embaraço para tanto, será a ele imposta multa de até vinte por cento do valor da causa, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade disciplinar.
- d) respectivo membro será civilmente responsável, de forma direta quando agir com fraude e regressivamente quando agir com dolo ou culpa grave.

2. (TJ-MT – JUIZ SUBSTITUTO – VUNESP – 2018) Para o Direito brasileiro, a Fazenda Pública, em razão da atividade de tutela do interesse público, ostenta condição diferenciada das demais pessoas físicas e jurídicas no processo, sendo correto afirmar que:

- a) assim como o Ministério Público e a Defensoria Pública, desfruta de prazo em dobro apenas para recorrer e contestar.
- b) a prerrogativa do prazo em dobro aplica-se no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- c) o prazo fixado na Lei de Mandado de Segurança para apresentação de informações da autoridade impetrada deve ser contado em dobro.
- d) o prazo fixado no Código de Processo Civil para impugnação pelo ente público do cumprimento da sentença deve ser computado em dobro.
- e) o prazo para apelação do ente público no Mandado de Segurança será computado em dobro.

3. (TJ-MT – JUIZ SUBSTITUTO – VUNESP – 2018) A Advocacia Pública, o Ministério Público e a Defensoria Pública compõem as chamadas funções essenciais à justiça. A respeito da atuação dessas instituições no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz determinará, de ofício, a intimação pessoal da parte patrocinada pela Defensoria Pública quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.
- b) a curadoria especial é função institucional da Defensoria Pública e do Ministério Público.
- c) os membros da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Advocacia Pública serão civil e regressivamente responsáveis quando agirem com dolo ou fraude no exercício de suas funções.

- d) nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- e) a intimação pessoal do membro do Ministério Público se dá da mesma forma da intimação pessoal do membro da Defensoria Pública, mas de forma diversa da prevista para os membros da Advocacia Pública.

4. (MPE-SP – ANALISTA JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – VUNESP – 2018) A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita. A respeito da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta:

- a) a requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada.
- b) os escritórios de prática jurídica das faculdades de direito, reconhecidas na forma da lei, que prestam assistência jurídica gratuita, não gozam do benefício do prazo em dobro para manifestações no processo.
- c) seu membro será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- d) gozará de prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar.
- e) a contagem do prazo para sua manifestação terá início com a intimação do defensor público pelo diário da justiça eletrônico, em se tratando de autos judiciais físicos.

5. (MPE-SP – ANALISTA JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – VUNESP – 2018) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais individuais indisponíveis. Com relação à atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica no processo civil individual, é correto afirmar que:

- a) seu membro será civil e regressivamente responsável quando agir com culpa ou fraude no exercício de suas funções.
- b) gozará de prazo em dobro apenas para recorrer, não se aplicando a prerrogativa para as demais manifestações nos autos.
- c) findo o prazo para sua manifestação sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo.
- d) poderá recorrer, exclusivamente, em caso de inércia da parte.
- e) nos casos de intervenção, terá vista dos autos antes das partes.

6. (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP – PROCURADOR – VUNESP – 2018) O Código de Processo Civil traz em seu bojo algumas previsões e prerrogativas específicas para a Fazenda Pública e também para integrantes da Advocacia Pública, dentre elas:

- a) o membro da advocacia pública será civilmente responsabilizado quando agir de forma negligente no exercício de suas funções.
- b) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios têm prazo em quádruplo para apresentar defesa.
- c) a intimação dos membros da Advocacia Pública pode se dar por meio eletrônico.

- d) os entes públicos são dispensados do pagamento de custas recursais, previsão esta que não se aplica às suas autarquias.
- e) os entes públicos devem ser citados pessoalmente na pessoa de seus procuradores, sendo vedada a citação por meio eletrônico.

7. (TJ-RJ – JUIZ LEIGO – VUNESP – 2018) Considera-se litigante de má-fé aquele que:

- a) não comparecer ao depoimento pessoal, quando intimado.
- b) deixar de prestar caução judicial, quando exigida.
- c) desistir da ação após a apresentação da contestação.
- d) provocar incidente manifestamente infundado.
- e) requerer os benefícios da justiça gratuita após sentença de improcedência.

8. (PF – DELEGADO DE POLÍCIA – REGIONAL – 2004 – CESPE) Configura hipótese de impedimento, e não de suspeição, o fato de o advogado da parte ser cônjuge do juiz de direito a quem foi distribuído o processo.

() CERTO () ERRADO

9. (TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – FCC – 2017) Acerca dos impedimentos e suspeições do juiz, segundo o novo Código de Processo Civil, considere:

I - Há suspeição do juiz quando promover ação contra a parte ou seu advogado.

II - Há impedimento do juiz que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.

III - Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.

IV - Há impedimento do juiz no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.

V - Há suspeição do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

10. (TRF 5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL – FCC – 2017) São incumbências do Oficial de Justiça

- a) executar as ordens do juiz a que estiver subordinado, bem como auxiliar o juiz na manutenção da ordem; no entanto, não lhe cabe fazer pessoalmente prisões, providência que incumbe somente à polícia.
- b) praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios, bem como entregar o mandado em cartório após seu cumprimento; no entanto, só lhe cabe fazer avaliações quando não houver na comarca perito habilitado a realizá-las.

- c) fazer pessoalmente citações, penhoras, arrestos, bem como auxiliar o juiz na manutenção da ordem; no entanto, não lhe cabe certificar, em mandado, eventual proposta de autocomposição apresentada pela parte, por se tratar de ato privativo de advogado.
- d) fazer pessoalmente prisões, bem como certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes; no entanto, não lhe cabe redigir os mandados e as cartas precatórias, providência que incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria.
- e) fornecer certidão de qualquer ato ou termo do processo, independentemente de despacho, bem como efetuar avaliações, quando for o caso; no entanto, não lhe cabe fazer pessoalmente prisões, providência que incumbe somente à polícia.

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

11. (TJ-MT – JUIZ SUBSTITUTO – VUNESP – 2018) O Código de Processo Civil de 2015 introduziu no sistema processual um mecanismo próprio e diferenciado, destinado a disciplinar situações que envolvem a desconsideração da personalidade jurídica. Acerca desse incidente, assinale a alternativa correta:

- a) será resolvido por decisão interlocutória, recorrível por agravo de instrumento, quando proferida pelo relator.
- b) não se aplica ao processo de competência dos juizados especiais.
- c) a instauração será dispensada se o pedido de desconsideração da personalidade jurídica for requerido na petição inicial.
- d) não é cabível na fase de cumprimento de sentença.
- e) quando tramitar em autos apartados não suspenderá o processo principal.

12. (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP – PROCURADOR – VUNESP – 2018) Quanto ao incidente de desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta:

- a) é incabível na fase de conhecimento.
- b) poderá ser instaurado a pedido do Ministério Público.
- c) uma vez citado, o sócio terá prazo de cinco dias para apresentar defesa.
- d) concluída a instrução, o juiz decidirá o incidente por sentença.
- e) após decidido, o juiz determinará ao Distribuidor que faça as anotações necessárias.

1.

Em “a”, nos termos do art. 91, § 1º, CPC, “as perícias requeridas pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública poderão ser realizadas por entidade pública ou, havendo previsão orçamentária, ter os valores adiantados por aquele que requerer a prova”.

Em “b”, nos termos do art. 371, CPC, “o juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento”, logo, o fato de uma prova ter sido apresentada pelo Ministério Público não afeta sua valoração.

Em “c”, no caso de ato atentatório à dignidade da justiça causado pelo não cumprimento de decisão ou pela criação de embaraços à sua efetivação (art. 77, IV, CPC), a multa é de até 20% do valor da causa (art. 77, § 2º, CPC), mas não se aplica aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará (art. 77, § 6º, CPC).

Em “d”, nos termos do art. 181, CPC, em ambos casos o MP será civil e regressivamente responsável.

GABARITO OFICIAL: A**2.**

Em “a”, conforme art. 183, CPC, “a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal”.

Em “b”, o art. 7º, da Lei nº 12.153/2009, fixa que não haverá prazo diferenciado.

Em “c”, a lei prevê prazo específico de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 7º, I, Lei nº 12.016/2009.

Em “d”, o prazo é especificamente previsto no art. 535, caput, CPC, sendo de 30 (trinta) dias.

Em “e”, nos termos do art. 183, § 2º, CPC, “não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público”.

GABARITO OFICIAL: E**3.**

Em “a”, nos termos do art. 186, § 2º, CPC, “a requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada”.

Em “b”, nos termos do art. 72, parágrafo único, CPC – “a curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, nos termos da lei”.

Em “c”, assim disciplinam os arts. 181, 184 e 187, CPC: “Art. 181. O membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções. [...] Art. 184. O membro da Advocacia

Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções. [...] Art. 187. O membro da Defensoria Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções”.

Em “d”, conforme art. 179, I, CPC, “nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público: I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo; [...]”.

Em “e”, conforme arts. 183, § 1º, 180, e 186, §1º, CPC, a intimação pessoal da Defensoria, do MP e da Fazenda será feita mediante remessa dos autos, logo, da mesma forma.

GABARITO OFICIAL: C

4.

Em “a”, conforme art. 186, § 2º, CPC, “a requerimento da Defensoria Pública, o juiz determinará a intimação pessoal da parte patrocinada quando o ato processual depender de providência ou informação que somente por ela possa ser realizada ou prestada”.

Em “b”, os escritórios de prática jurídica das faculdades de direito, reconhecidas na forma da lei, que prestam assistência jurídica gratuita, gozam do benefício do prazo em dobro para manifestações no processo, nos termos do art. 186, § 3º, CPC.

Em “c”, não será civil e regressivamente responsável quando agir com culpa, mas apenas com dolo ou fraude, conforme art. 187, CPC: “o membro da Defensoria Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções”.

Em “d”, nos termos do art. 186, CPC, “a Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais”.

Em “e”, conforme art. 186, § 1º, CPC, “o prazo tem início com a intimação pessoal do defensor público, nos termos do art. 183, § 1º”, o qual disciplina que “a intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico”.

GABARITO OFICIAL: A

5.

Em “a”, conforme art. 181, CPC, “o membro do Ministério Público será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções”.

Em “b”, conforme art. 180, CPC, “o Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º”.

Em “c”, conforme art. 180, § 1º, CPC, “findo o prazo para manifestação do Ministério Público sem o oferecimento de parecer, o juiz requisitará os autos e dará andamento ao processo”.

Em “d”, conforme art. 179, II, CPC, “nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público: [...] II - poderá produzir provas, requerer as medidas processuais pertinentes e recorrer”.

Em “e”, conforme art. 179, I, CPC, “nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público: I - terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo”.

GABARITO OFICIAL: C

6.

Em “a”, nos termos do art. 184, CPC, “o membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções”. Como negligência é culpa, não há responsabilidade.

Em “b”, conforme art. 183, CPC, “a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal”.

Em “c”, conforme art. 183, § 1º, CPC, “a intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico”.

Em “d”, conforme art. 1.007, § 1º, CPC, “são dispensados de preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados, pelos Municípios, e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal”.

Em “e”, cabe a citação eletrônica, conforme art. 183, § 1º, CPC.

GABARITO OFICIAL: C

7.

Em “a” e “b”, o descumprimento de decisão judicial configura ato atentatório à dignidade da justiça, conforme art. 77, IV e § 1º, CPC, não litigância de má-fé.

Em “c” e “e”, são atitudes normais no processo, permitidas pelo CPC.

Em “d”, nos termos do art. 80, VI, CPC, “considera-se litigante de má-fé aquele que: [...] VI - provocar incidente manifestamente infundado”.

GABARITO OFICIAL: D

8.

De acordo com o NCCPC:

Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: III - quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

GABARITO OFICIAL: CERTO

9.

Afirmativa I – Falso – É causa de impedimento, artigo 144, IX: Artigo 144 – Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado.

Afirmativa II – Falso – É causa de suspeição, artigo 145, I: Artigo 145 – Há suspeição do juiz: I - amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados;

Afirmativa III – Falso – É causa de suspeição, artigo 145, III: Artigo 145 – Há suspeição do juiz: III - quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive;

Afirmativa IV – Verdadeiro – É causa de impedimento, artigo 144, VIII: Artigo 144 – Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: VIII - em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório;

Afirmativa V – Verdadeiro – É causa de suspeição, artigo 145, IV: Artigo 145. Há suspeição do juiz: IV - interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.

GABARITO OFICIAL: E

10.

Em “a”: Errado – Consoante o art. 154:

Art. 154. Incumbe ao oficial de justiça: (...)

I – fazer citações, prisões, penhoras, arrestos e demais diligências próprias do seu ofício, sempre que possível na presença de 2 (duas) testemunhas, certificando no mandado o ocorrido, com menção ao lugar, ao dia e à hora;

II - executar as ordens do juiz a que estiver subordinado; (...)

IV - auxiliar o juiz na manutenção da ordem;

Em “b”: Errado – Consoante o art. 154:

Art. 154. Incumbe ao oficial de justiça: (...), I e V

V - efetuar avaliações, quando for o caso;

Em “c”: Errado – Consoante o art. 154:

Art. 154. Incumbe ao oficial de justiça: (...) Inc. I, IV e

VI - certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes, na ocasião de realização de ato de comunicação que lhe couber.

Em “d”: Certo – Fazer pessoalmente prisões, bem como certificar, em mandado, proposta de autocomposição apresentada por qualquer das partes; no entanto, não lhe cabe redigir os mandados e as cartas precatórias, providência que incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria.

Art. 154, I e VI

Em “e”: Errado – Consoante o art. 154:

Art. 154. Inc. I e V e:

Art. 152. Incumbe ao escrivão ou ao chefe de secretaria: (...)

V - fornecer certidão de qualquer ato ou termo do processo, independentemente de despacho, observadas as disposições referentes ao segredo de justiça;

GABARITO OFICIAL: D

11.

Em “a”, será resolvido por decisão monocrática, recorrível por agravo interno, quando proferida pelo relator (art. 136, parágrafo único, CPC).

Em “b”, nos termos do art. 1.062, CPC, “o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica aplica-se ao processo de competência dos juizados especiais”.

Em “c”, preconiza o art. 134, § 2º, CPC, que “dispensa-se a instauração do incidente se a desconconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica”.

Em “d”, conforme art. 134, *caput*, CPC, “o incidente de desconconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial”.

Em “e”, conforme art. 134, § 3º, CPC, o único caso em que não se suspende o processo é o de requerimento da desconconsideração na petição inicial.

GABARITO OFICIAL: C

12.

Em "a", conforme art. 134, CPC, "o incidente de descon sideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento [...]".

Em "b", nos termos do art. 133, CPC, "o incidente de descon sideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo".

Em "c", o prazo é de 15 dias, conforme art. 135, CPC.

Em "d", o incidente é resolvido por decisão interlocutória, conforme art. 136, CPC.

Em "e", não é caso de determinação do juiz, conforme art. 134, § 1º, CPC: "a instauração do incidente será imediatamente comunicada ao distribuidor".

GABARITO OFICIAL: B